



CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRO LEOPOLDO

ESTADO DE MINAS GERAIS

“Compromisso, transparência e cidadania”

TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

(CONTRATAÇÃO DIRETA DE SERVIÇOS)

Dispensa Eletrônica nº 03/2024

Processo Administrativo nº 09/2024

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Dispensa de Licitação para a contratação de serviços de **decoração com arranjos de flores naturais** para a sessão solene de posse da Legislatura 2025/2028, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.
- 1.2. Será selecionada a proposta de **menor preço global**.

	Especificação	CATSER	Valor de cada arranjo R\$	Valor total do item R\$
Item 1	02 (dois) vasos com arranjos de flores estilo jardineira para o plenário , medindo entre 0,80 cm (oitenta centímetros) e 1m (um metro) de largura, entre 50 cm (cinquenta centímetros) e 60 cm (sessenta centímetros) de altura, composto por mínimo de 60 (sessenta) unidades de flores nobres tipo callas , narciso, jacinto, calandivia, hortências, jasmim, rosa, copo de leite, lírio, gérbera, lisianto, íris, tulipa, estrelícia, antúrio, astromélia, boca de leão, gipsófila, gladiolo, cravo e orquídea, mais complementos.	17.019 Decoração - Eventos / Solenidades		
Item 2	01 (um) vaso arredondado com arranjo de orquídea, para a mesa do buffet , mínimo de 30 cm (trinta centímetros) de altura (incluída a altura do vaso), composto pelo mínimo de 10 unidades de flor orquídea, com floração nova, flores de no mínimo 3 cm de diâmetro, mais complementos com acabamento artístico.	17.019 Decoração - Eventos / Solenidades		
TOTAL ITENS 1 + 2		R\$		

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. De acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Pedro Leopoldo (Resolução 870/2022), no dia 1º de janeiro do primeiro ano de cada legislatura, a Câmara reunir-se-á para dar posse aos vereadores, ao Prefeito e ao Vice-Prefeito e para eleger e dar posse à sua Mesa Diretora.

TERMO DE REFERÊNCIA (TR)



CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRO LEOPOLDO

ESTADO DE MINAS GERAIS

“Compromisso, transparência e cidadania”

- 2.2. A contratada será selecionada por meio da realização de procedimento de **dispensa de licitação** por valor (art. 75, II, da Lei Federal 14.133/2021 - NLLC), na forma eletrônica. E a não elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) está fundamentada no art. 41, II, da Resolução 909/2024, da Câmara Municipal.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 3.1. A contratação dos serviços é imprescindível para ornamentar o ambiente da sessão solene de posse.

4. EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

- 4.1. A contratada deverá entregar os arranjos no local de realização da sessão solene, qual seja, a **sede do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária - LFDA Pedro Leopoldo (antigo LANAGRO) - localizada na Avenida Rômulo Joviano, sem número, Município de Pedro Leopoldo/MG, no dia 01 de janeiro de 2025, até as 12 horas.**
- 4.2. A entrega será considerada finalizada apenas quando os arranjos estiverem colocados nos locais adequados, após arrumação por funcionários da contratada, e quando todo o material de sobra for retirado dos arranjos e a área circundante estiver livre de resíduos de qualquer espécie decorrentes da prestação do serviço.
- 4.3. As flores e os acabamentos dos arranjos deverão ser de primeira qualidade, frescos, sem defeitos e de primeira utilização (não podem ser, sob nenhuma hipótese, decorrentes de reaproveitamento).

5. GESTÃO DO CONTRATO

- 5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 5.2. Após a assinatura do contrato ou após a emissão da Ordem de Serviço, a Câmara Municipal poderá convocar o(s) representante(s) da empresa(s) contratada(s) para esclarecer sobre as especificações do objeto.

Fiscalização

- 5.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

Gestor do Contrato

- 5.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, se for o caso.
- 5.5. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

TERMO DE REFERÊNCIA (TR)



CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRO LEOPOLDO

ESTADO DE MINAS GERAIS

“Compromisso, transparência e cidadania”

6. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

- 6.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, caso se tenha verificado alguma irregularidade, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a(s) contratada(s):
 - 6.1.1 não produziu os resultados acordados;
 - 6.1.2 deixou de executar ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - 6.1.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

- 6.2. O recebimento do objeto pelo(s) fiscal(s) será realizado no ato da entrega, dando-se aceite das peças no recibo de entrega ou outro documento que faça as vezes, momento em que devendo ser procedida a vistoria dos itens, bem como observadas as condições gerais, a qualidade e a composição das peças.
- 6.3. Na hipótese de os arranjos não serem aprovados pelo(s) fiscal(s) por estarem em desacordo com as especificações da Ordem de Fornecimento, a contratada deverá substituí-lo ou fazer os reparos e correções necessárias, às suas expensas, até as 13 horas do dia 01 de janeiro de 2025.

Liquidação

- 6.4. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **05 (cinco) dias** úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
- 6.5. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - 6.1.4 a data da emissão;
 - 6.1.5 os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 6.1.6 o valor a pagar; e
 - 6.1.7 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 6.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

Prazo de pagamento

- 6.7. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.
- 6.8. No caso de atraso pela Câmara, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice 0,3% (três décimos por cento) ao dia de correção monetária.

Forma de pagamento

- 6.9. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

TERMO DE REFERÊNCIA (TR)



CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRO LEOPOLDO

ESTADO DE MINAS GERAIS

“Compromisso, transparência e cidadania”

- 6.10. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 6.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 6.12. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.13. A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 7.1. No procedimento de dispensa de licitação será selecionada a proposta de **menor preço global**.
- 7.2. Na proposta deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos, ônus e tributos, frete ou outras despesas incidentes sobre os serviços contratados.

Exigências de habilitação

- 7.4. Nas contratações com valores inferiores a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do limite da Dispensa, é justificável deixar-se de exigir parcialmente, a documentação enumerada na NLLC (art. 70, III). Conforme esse preceito, exigir-se-á do licitante, para fins de habilitação, a comprovação dos seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 7.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 7.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 7.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 7.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

TERMO DE REFERÊNCIA (TR)



CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRO LEOPOLDO

ESTADO DE MINAS GERAIS

“Compromisso, transparência e cidadania”

7.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

7.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

7.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.16. Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.17. Caso o fornecedor seja considerado isento de tributo Estadual e/ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva de sua sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

7.18. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor da sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

7.19. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II](#)).

8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O custo estimado total (valor global) da contratação é **R\$ 4.866,66** (quatro mil, oitocentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos).

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara, a serem informados pelo departamento contábil.

Pedro Leopoldo, 14 de novembro de 2024.

Viviane Schaberle Toledo

EqPlan

TERMO DE REFERÊNCIA (TR)